



Tribunal de Contas da União

TCU / ACE I Concurso Público

CARGO:

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
Área de Controle Externo

Caderno de
Prova Discursiva



Aplicação: 15/5/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duas** questões e **uma** proposta de parecer, correspondentes à prova discursiva, e espaço para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as folhas de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 7 Não será avaliado texto definitivo escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou nas folhas de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **16/5/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcuaceI2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **17 a 19/5/2005** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcuaceI2005.
- III **15/6/2005** – Resultados final da prova objetiva e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.
- IV **16 a 18/6/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **6/7/2005** – Resultados finais da prova discursiva e do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 – TCU/ACE I, de 4/3/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA (P₂)

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as folhas de **TEXTOS DEFINITIVOS** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima indicada será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no local de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente.
- Nas folhas de **textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I – QUESTÃO 1

A Fundação Universidade da República (FUR) é uma fundação pública federal que tem por finalidades institucionais o ensino, a pesquisa e a extensão e que oferece cursos respeitados de engenharia e de arquitetura.

A União celebrou contrato com a FUR para a realização de serviço técnico especializado consistente na elaboração de projeto arquitetônico e estrutural de uma edificação. O contrato foi celebrado sem prévia licitação, sob o fundamento de que é inexigível licitação para contratar serviços de entidade que integra a administração pública indireta.

Tendo em vista essa situação hipotética, elabore texto dissertativo posicionando-se acerca da validade do referido contrato e da propriedade do argumento utilizado para afastar a exigibilidade da licitação.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 2,00 pontos)

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O Tribunal de Contas da União (TCU) exerce competências específicas que decorrem de comandos constitucionais e infraconstitucionais. Nesse contexto, redija um texto dissertativo a respeito das competências que a Constituição de 1988 e, mais recentemente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuíram ao TCU, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ competência do TCU no exame das contas de governo da República;
- ▶ competência do TCU no exame das contas dos administradores federais, indicando a eficácia da decisão proferida;
- ▶ competência legal do TCU em relação aos montantes fixados para a despesa total com pessoal e para o endividamento público;
- ▶ competência do TCU no exame das contas dos administradores de entidades privadas responsáveis pela gestão de recursos públicos federais.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 2,00 pontos)

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

A União pretende realizar recuperação de um trecho de rodovia federal, o que envolverá obras de terraplenagem, pavimentação e drenagem. Por considerar que essa recuperação é um objeto divisível, a União realizou três tomadas de preço, uma para cada um dos tipos de obra acima relacionados (terraplenagem, pavimentação e drenagem), dado que o custo estimado para cada uma delas era de 20% a 30% inferior ao limite máximo para a realização de licitações para obras e serviços de engenharia na modalidade tomada de preços. Nos três editais de licitação, foi definido regime de execução de empreitada integral e, para evitar a concentração de atividades nas mãos de uma só empresa, foi determinado que cada concorrente somente poderia participar de duas das tomadas de preços, sendo inabilitados os licitantes que oferecessem propostas nas três licitações.

Tendo em vista essa situação hipotética, redija um parecer em que sejam avaliadas a viabilidade do fracionamento da recuperação em três procedimentos licitatórios, a adequação da modalidade de licitação e do regime de execução definidos, bem como a validade da regra que possibilita aos licitantes participarem de apenas duas das tomadas de preço.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 6,00 pontos)**

RASCUNHO – PARTE II – PARECER – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE II – PARECER – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE II – PARECER – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

